

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação de atas

- Atas n.ºs 145 e 146, de 18/12/2018 e 9/1/2019

3. Comunicações do Presidente

4. Audição da comissão representativa dos subscritores da Iniciativa Legislativa de Cidadãos - Projeto de Lei n.º 944/XIII, Consideração integral do tempo de serviço docente prestado durante as suspensões de contagem anteriores a 2018, para efeitos de progressão e valorização remuneratória - 14h00

- **Deputado Relator:** Porfírio Silva (PS)
- **A iniciativa está em apreciação pública de 15/1/2019 a 14/2/2019**
- O anúncio da apreciação pública e o Projeto de Lei foram publicados em separata em 15/1/2019
- O anúncio foi também publicitado em 15/1/2019 nos jornais Público e Jornal de Notícias

5. Apreciação e votação de parecer de Projeto de Lei

- Projeto de Lei n.º 1052/XIII/4.ª (PCP) - Reforço dos direitos dos docentes do Ensino Particular e Cooperativo procedendo à primeira alteração ao Estatuto do Ensino Particular Cooperativo de nível não superior
- **Deputada Relatora:** Odete João (PS)

6. Outros Assuntos

7. Data da próxima reunião

- 22 de fevereiro de 2019 – 15h00

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade pelos Deputados do PSD, PS, BE, CDS-PP e do PCP.

2. Aprovação de atas

- Atas n.ºs 145 e 146, de 18/12/2018 e 9/1/2019

Adiado

3. Comunicações do Presidente

4. Audição da comissão representativa dos subscritores da Iniciativa Legislativa de Cidadãos - Projeto de Lei n.º 944/XIII, Consideração integral do tempo de serviço docente prestado durante as suspensões de contagem anteriores a 2018, para efeitos de progressão e valorização remuneratória - 14h00

O Senhor Presidente começou por dar as boas vindas aos membros da Delegação - Luís Braga; Sandra Carmo; Anabela Magalhães; Rosa Faria e Armando Borlido¹. De seguida, saudou a iniciativa legislativa de cidadãos (ILC), instrumento de participação que disse ser valorizado pelos Deputados e pela Comissão de Educação e Ciência, que recebe, deste modo, a sua primeira iniciativa de cidadãos. Informou que a iniciativa está em Apreciação Pública (de 15/1/2019 a 14/2/2019), conforme anúncio publicado nos jornais Público e Jornal de Notícias.

O Senhor Presidente explicou sucintamente o funcionamento da audição, informando que o Deputado do PS Porfírio Silva iria, enquanto Relator do Projeto de Lei n.º 944/XIII/3.ª, fazer a última intervenção por parte dos grupos parlamentares.

Dada a palavra aos membros da comissão representativa, começou por tomar a palavra a Professora Sandra Carmo, que realçou a honra de estar na Assembleia da República, em nome dos cerca de 22 mil cidadãos que se juntaram à iniciativa legislativa de cidadãos.

Da sua intervenção, disse que queriam sublinhar três aspetos principais.

Em primeiro lugar, a questão da contagem integral do tempo (conteúdo da ILC), questão que desdobrou em três pontos: i) a contagem integral, de forma célere, do tempo de serviço efetivamente prestado; ii) a existência de vagas para progressão em certos escalões, que deve ser considerado por quem defende “soluções mais criativas”, sob pena de a solução falhar para a maioria dos docentes; e iii) a ideia de que o atraso e o faseamento na solução só agrava as injustiças, defendendo, por isso, a entrada em vigor a 1 janeiro de 2019.

¹ A informação sobre a audição e a respetiva gravação (vídeo) encontra-se disponibilizada no [site da AR](#).

Como segundo aspeto, referiram o processo burocrático atribulado e a forma como esta iniciativa foi tratada e organizada pelos serviços da AR, que fez com que este processo se arrastasse por vários meses.

Em terceiro lugar, destacaram a injustiça na forma como a opinião pública e os políticos encaram a situação dos professores, considerando ser este um assunto que requer a intervenção do Parlamento, denunciando o empurrar desta responsabilidade para rondas negociais que reputam de simulacros.

Quanto a este último aspeto, observaram que muitos comentadores na televisão pública mostraram não saber como funciona a carreira docente, embora isso não os coíba de comentar este assunto.

No que diz respeito ao conteúdo da iniciativa, foi recordada pela oradora a importância dos professores para o progresso e desenvolvimento do país e, citando o preâmbulo da ILC, recordaram-se os fundamentos aí explanados, nomeadamente as políticas de austeridade sofridas durante a crise, concluindo que a questão do tempo de serviço integral revertido imediatamente é essencial. E invocaram haver outros cidadãos que, nas mesmas circunstâncias, viram repostos os seus direitos, temporariamente suspensos, contrariamente aos professores, pondo-se, assim, em causa o princípio da Igualdade.

Com vista a reforçar o argumento apresentado, lembraram que a Assembleia das República aprovou a Resolução da Assembleia da República n.º 1/2018, “que não teve nenhum voto contra!”. Mas, segundo consideraram, “o Parlamento existe para fazer Leis e não apenas meras recomendações sem qualquer carácter vinculativo!”. E contestam a abertura que os sindicatos revelaram na negociação que o Governo tem mantido com os sindicatos, nomeadamente quanto ao faseamento, “solução que é, na base, sempre injusta para os que ainda têm muito tempo pela frente. Um faseamento até 2023 significa que só estaremos no escalão que nos é devido desde 2018, daqui a 5 anos. Ou seja, continuaremos em perda por mais 5 anos!”.

Em jeito de conclusão, deixaram um apelo aos Deputados: “que não chumbem [a iniciativa de cidadãos] apenas por comodidade, oportunidade ou abstenção. Se a chumbarem, que seja porque têm uma alternativa melhor que possam votar e aprovar!”.

De seguida, deu-se início às intervenções dos grupos parlamentares. A primeira intervenção coube ao PSD, pela voz do Deputado Pedro Alves, o qual começou por esclarecer que a responsabilidade que os partidos têm nesta matéria deve ser lida na devida conjuntura. E lembrou que, quando o PSD foi governo, a conjuntura era de crise. Este partido defendeu que todo o tempo de serviço deve ser contabilizado. No entanto, não descarta que o pagamento integral tem impacto financeiro, explicando que, por essa razão, solicitou ao Governo que explique como se chegou ao número que tem sido aventado de 600 milhões de euros. A ausência de informação do Governo tem, assim, feito com que esta situação se arraste, considerou. Na opinião deste grupo parlamentar, esta situação deve ser resolvida na concertação social, entre o Governo e os sindicatos, “mas com contas certas!”.

A Deputada Joana Mortágua (do BE) chamou a atenção para o facto de este instrumento de participação dos cidadãos ter originado, na anterior legislatura, uma lei sobre combate à precariedade aos falsos recibos verdes.

Sobre a posição do BE, reconheceu que os professores têm direito ao pagamento integral. E considerou que a negociação com os sindicatos deve ser privilegiada, mas não através de “simulacros de negociação” e posições “intransigentes”. A mesma Deputada disse ainda que este grupo parlamentar nunca recusou o papel do Parlamento, lembrando a proposta deste partido em sede de processo orçamental (para o OE 2019), para que ficasse definido que, na falta de acordo, a reposição far-se-ia 20% ao ano (proposta chumbada pelo PS, PSD e CDS).

Seguiu-se a intervenção da Deputada do CDS Ilda Araújo Novo, que afirmou reiterar a posição de solidariedade quanto ao reconhecimento de todo o tempo de serviço. Lembrou ter o CDS tido a iniciativa de introduzir novamente, no OE para 2019, do processo de negociação entre o Governo e os sindicatos para chegar a acordo quanto ao modo e ao prazo para a progressão na carreira. Quanto ao impacto desta solução, disse que o CDS também já pediu elementos ao Ministério da Educação sobre a sua sustentabilidade financeira, não tendo ainda recebido resposta. Disse ainda que no CDS tem sido reiterada a manifestação de respeito e consideração pelos professores e educadores e reconhecidas as dificuldades do exercício da profissão e os sacrifícios solicitados. E que o CDS espera, após o debate em Plenário e no caso da aprovação da iniciativa, poder dar o seu contributo na especialidade .

Pela parte do PCP, interveio a Deputada Ana Mesquita, que disse que a posição do PCP é favorável à contagem de todo o tempo de serviço, tanto para os professores como para a generalidade da Administração Pública.

Lembrou que neste processo negocial dos professores a única coisa que deve ser considerada é o modo e o prazo. No entanto, esclareceu que Governo, Assembleia da República e sindicatos têm papéis diferentes sobre esta matéria. Nomeadamente, cabendo ao Governo legislar por Decreto-Lei, como aconteceu no passado. Quanto ao papel do Parlamento, recordou os dois últimos orçamentos do estado, explicando ainda que esta lei tem um valor reforçado relativamente à generalidade das leis, o que ajuda a perceber o veto ao diploma do Governo sobre a matéria.

O Deputado Porfírio Silva (do PS) encerrou a ronda pelos grupos parlamentares, começando por sublinhar a natureza particular das iniciativas legislativas de cidadãos, entre a democracia direta e representativa. Tal como acontece com qualquer iniciativa legislativa (projeto de lei ou proposta de lei) – disse -, a iniciativa será analisada e tomada uma posição (pelo grupo parlamentar do PS).

Falou, de seguida, da importância dos professores para o desenvolvimento da escola pública, razão pela qual esta situação deve ser resolvida.

Sobre a tramitação da iniciativa, que recordou já estar em Apreciação Pública (até 14 de fevereiro), disse estar certo que, “independentemente das diferenças políticas e ideológicas”, estão todos empenhados em tratá-la com respeito e dignidade.

No final desta ronda foi dada novamente palavra à comissão representativa, pela voz do Professor Luís Braga. Quanto à questão de fundo, frisou que, apesar das “palavras simpáticas” que ouviu dos Deputados, são os professores que estão a ganhar sem respeito pelo seu estatuto. E voltou a sublinhar a injustiça da recuperação faseada, que discrimina os professores que não estão num escalão mais baixo, que demorarão mais tempo a ver repostos os seus direitos.

Tem em conta a exposição feita, o orador voltou a instar os Deputados a aprovar uma lei que resolva este assunto.

No final da intervenção, a comissão representativa deixou ainda um documento que pediu para ser distribuído pelos membros Comissão de Educação e Ciência, intitulado “Despesa da contabilização dos 9 anos 4 meses e 2 dias num único ano (2018) e no mesmo dia (01/01/2018) para todos os professores”.

A audição foi gravada em [vídeo](#) e transmitida pela ARTV/Canal Parlamento.

5. Apreciação e votação de parecer de Projeto de Lei

- [Projeto de Lei n.º 1052/XIII/4.ª \(PCP\)](#) - Reforço dos direitos dos docentes do Ensino Particular e Cooperativo procedendo à primeira alteração ao Estatuto do Ensino Particular Cooperativo de nível não superior
- **Deputada Relatora:** Odete João (PS)

Adiado.

6. Outros Assuntos

Não se registaram outros assuntos.

7. Data da próxima reunião

- 22 de fevereiro de 2019 – 15h00

A reunião foi encerrada às 15:10 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 16 de janeiro de 2019

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'A. Quintanilha', written in a cursive style.

(Alexandre Quintanilha)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandre Quintanilha
Ana Mesquita
Ana Rita Bessa
Ana Sofia Bettencourt
Ilda Araújo Novo
Joana Mortágua
Laura Monteiro Magalhães
Lúcia Araújo Silva
Margarida Mano
Maria Germana Rocha
Maria Manuela Tender
Nilza de Sena
Pedro Alves
Pedro Pimpão
Porfírio Silva
Sandra Pontedeira
Sónia Fertuzinhos
Susana Amador
Ângela Moreira
Odete João

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ivan Gonçalves
Luís Monteiro

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Álvaro Batista
André Pinotes Batista
Maria Augusta Santos